



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

**Processo:** 08136415120198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO ALVES DE ARAUJO NETO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO**

##### **PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO**

*Ab initio*, mister ressaltar que o prazo prescricional para ajuizamento da presente ação é de três anos, segundo preceitua **artigo 206, § 3º, IX, do Código Civil**<sup>1</sup>, sendo este prazo ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça desde 2009 através da **Súmula 405**<sup>2</sup>.

Na hipótese em tela, o sinistro ocorreu no dia **08/06/2015**, sendo o pagamento administrativo realizado em **13/10/2015**, conforme se comprova na documentação acostada aos autos.

DATA DA TRANSFERENCIA:

**13/10/2015**

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

**1.687,50**

Assim, considerando que a parte autora somente ajuizou a ação no dia **10/06/2019**, verifica-se que o direito de ação do Autor prescreveu, na medida em que já havia transcorrido mais de 3 (três) anos do pagamento administrativo<sup>3</sup>:

<sup>1</sup> Art. 206 Prescreve:

§ 3º Em 3 (três) anos:

IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso do seguro de responsabilidade civil obrigatório

<sup>2</sup> Súmula 405 STJ: "A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos"

Pelo exposto, a Ré requer seja extinto o feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, inciso II do Código de Processo Civil c/c 206, § 3º, inciso IX do Código Civil, por absolutamente prescrita a pretensão autoral, desde 14/10/2018.

### DO LAUDO PERICIAL – AUSÊNCIA DE NEXO CASUAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Após a perícia médica, o laudo indicou as seguintes lesões:

Segmento anatômico	Percentual de acometimento			
<b>1ª LESÃO:</b> <i>Membro Superior Esquerdo</i>	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	(X) 50% Média	( ) 75% Intensa
<b>2ª LESÃO:</b> <i>Tornozelo Esquerdo</i>	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	(X) 50% Média	( ) 75% Intensa
<b>3ª LESÃO:</b>	( )	( )	( )	( )

### DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A INVALIDEZ DO MEMBRO SUPERIOR E O SINISTRO NOTICIADO

Ocorre que, conforme se verifica, o laudo pericial produzido, aponta lesão em MEMBRO SUPERIOR, quando toda a documentação médica aponta lesão em OMBRO ESPECIFICAMENTE.

Vale destacar trecho da documentação médica que corrobora tal afirmação.

Ficha de atendimento do SAMU (ID 5317827 – pág. 6):

*Caso de ombro Esq.*

Boletim de primeiro atendimento:

**DADOS CLÍNICOS:** (Hora: 16:30)

Paciente vítima de acidente automobilístico na shera. (A) rias caenas  
 pérvias (B) FR=26ipm, ausculta pulm. sem alterações, SatO2=97%  
 (C) OK; (D) ECG=15, dificuldade de movimentação em ombro (E);  
 (E) = Apresentando fratura não exposta em perna (E)  
 Abdomen sem alterações.

HUT-3  
 REC-12/08/19

<sup>3</sup>"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. PRECEDENTES. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, a prescrição da pretensão de cobrança de complementação do seguro DPVAT prescreve em três anos, a contar do recebimento administrativo a menor. 2. Agravo não provido."(AgRg no REsp n. 1.382.252/PR, Terceira Turma, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJe de 30.8.2013.)"

Ocorre que, em perícia judicial FOI INDICADA INVALIDEZ PARA TODO O MEMBRO, fazendo-se crer que todo o seguimento teria restado inválido, o que não é verdade.

Dessa forma, requer a total improcedência da demanda.

#### **DO LAUDO PERICIAL - GRADAÇÃO MEMBRO TODO**

**No caso de eventual condenação da Ré, deverá ser observado em relação à primeira lesão, que existe previsão legal específica para quando a invalidez é do OMBRO:**

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					

Portanto, na remota hipótese de condenação, deve ser observado o devido enquadramento, conforme o seguimento do corpo acometido pela invalidez permanente, bem como ante o grau de repercussão indicado, considerando ainda o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

#### **BANCO DO BRASIL**

##### **COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA**

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 13/10/2015

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOAO ALVES DE ARAUJO NETO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01989

CONTA: 000000029634-4

Nr. da Autenticação FB81BFB63665CF7C

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
TERESINA, 26 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

### PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO